



SAÚDE E MEIO AMBIENTE: notas sobre a relação entre degradação ambiental e condições de vida das populações urbanas na cidade de Manaus/AM

Antonia Cosmo de Oliveira¹

Resumo: Este estudo busca refletir sobre a relação entre degradação ambiental e condições de vida das populações urbanas na cidade de Manaus/AM. A revisão bibliográfica sob a perspectiva de autores que trabalham essa temática permitiu perceber que diferentes abordagens apontam a complexidade da sustentabilidade ambiental, mas convergem quanto às agressões crescentes aos ecossistemas, e sua relação com a saúde e qualidade de vida das populações urbanas. No contexto dos ambientes urbanos construídos, o desafio que se apresenta hoje, é o desenvolvimento de práticas sociais que preservem o ecossistema maior, e promovam qualidade de vida principalmente nos países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade ambiental.

Abstract: This study aims to reflect on the relationship between environmental degradation and living conditions of urban populations in the city of Manaus / AM. A literature review from the perspective of authors working this theme allowed that different approaches point to the complexity of environmental sustainability, but converge as the increasing assaults ecosystems, and their relationship to health and quality of life of urban populations. In the context of the built urban environments, the challenge that presents itself today is the development of social practices that preserve the larger ecosystem, and promote quality of life especially in developing countries.

Keywords: Health, Environment, Environmental Sustainability.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). antoniacosmo@yahoo.com.br
Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão
CEP: 65 085 - 580, São Luís, Maranhão, Brasil
Fone(98) 3272-8666- 3272-8668



INTRODUÇÃO

O debate em torno das questões ambientais tem estado presente na pauta das discussões nacionais e internacionais, sem que, no entanto, se consiga chegar a um denominador comum face às agressões crescentes ao meio ambiente. Da década de 1970, momento em que os debates em torno da problemática ambiental alcançam visibilidade política aos dias atuais, pouco se avançou em termos de políticas de desenvolvimento voltadas às práticas sociais sustentáveis.

De acordo com Leff (2009), passada a década de 1970, na qual se difundiram os princípios do ecodesenvolvimento, países do Terceiro Mundo (em especial, a América Latina), foram envolvidos na crise da dívida, caindo em graves processos de inflação e recessão. As condições de saúde das populações urbanas nas áreas mais pauperizadas de algumas cidades são agravadas, principalmente nos países em desenvolvimento. Neste contexto, a metrópole Amazonense pode ser tomada como exemplo, conforme aponta Scherer (2009), a mobilidade geográfica registrada na história de Manaus, impulsionada pelo sonho de melhoria nas condições de vida (por meio do PIM e a desatenção com o meio rural), trouxe milhares de caboclos para a cidade. Dada a complexidade do tema em questão, bem como sua relevância para as sociedades atuais, este artigo tem como principal objetivo, promover a reflexão sobre as perspectivas de saúde das populações urbanas e sua relação com o meio ambiente na cidade de Manaus/AM.

Para tanto, o trabalho foi construído da seguinte forma: a primeira parte trás algumas considerações sobre as concepções de saúde e sua relação com o meio ambiente, pontuando as diferentes configurações sobre a saúde e os agentes causadores de doenças ao longo da história da humanidade, tendo como parâmetro a definição da Organização Mundial de Saúde – OMS (2006). No segundo momento, discute-se sobre política pública de saúde e o desafio do desenvolvimento pautado na sustentabilidade, ressaltando a importância da formulação de políticas voltadas ao alcance desse objetivo, a partir da participação da sociedade e da intervenção do Estado.

E por fim, procurou-se evidenciar os desafios na construção de um ambiente urbano que contemple as dimensões da sustentabilidade por meio de uma reflexão com ênfase sobre as perspectivas de saúde das populações urbanas tendo como exemplo a cidade de Manaus/AM.



1. BREVE CONCEPÇÃO SOBRE SAÚDE E MEIO AMBIENTE: contribuições para o debate.

O conceito sobre saúde tem assumido diferentes configurações, ao longo da história da humanidade. Conforme o contexto histórico vivenciado em determinados períodos, aspectos culturais, religiosos, políticos e econômicos, assumem papéis preponderantes no que se refere à forma como se percebe a saúde e os desdobramentos para a manutenção da mesma.

No que diz respeito à saúde e sua relação com o ambiente também não foi diferente. De acordo com Giatti (2009), a compreensão da relação saúde e meio ambiente teve diversas interpretações ao longo da história, com distinção entre culturas de povos quanto ao entendimento dos fenômenos que interferem na saúde. Até o século XIX, a *Teoria dos Miasmas* (transmissão de doenças através dos odores provenientes de matéria orgânica em decomposição) foi divulgada e aceita, inclusive para explicar a origem de doenças como a varíola e a tuberculose.

O autor acrescenta que apesar de alguns equívocos nas interpretações da origem das doenças, como a Teoria do Contágio² e a Unicausal³, a Teoria dos Miasmas foi a que mais se aproximou de uma dimensão ambiental. Nos dias atuais, o nível de conhecimento científico e tecnológico possibilita a compreensão da relação saúde e meio ambiente, bem como a ocorrência direta e indireta de proliferação de pragas, transmissão de moléstias e doenças crônicas, num processo crescente de desequilíbrio ecológico (GIATTI, 2009).

As ações referentes à saúde pública, que dantes eram restritas a erradicação e prevenção de epidemias e doenças infecciosas, hoje concentram esforços nas doenças degenerativas, consumo de drogas, acidentes, entre outras. “No campo da saúde ambiental, o que preocupa já não são o esgoto nem as condições higiênicas das moradias, mas a contaminação da atmosfera e das águas, os ruídos e fenômenos perturbadores, antes desconhecidos” (GIATTI, 2009 apud TARRIDE, 1998, p. 16).

² Momento significativo na história da ciência, no sentido de compreensão da origem das doenças, ocorrido no século XIX, por volta de 1880, marca o início da era bacteriológica, tendo como precursores, Louis Pasteur, Robert Koch, John Snow e Semmelweis (GIATTI, 2009, P. 12).

³ Através das descobertas da Teoria do Contágio, a partir do século XX, o meio científico passou a reconhecer a presença de microorganismos como único fator causador de doenças, sustentando a Teoria Unicausal (GIATTI, 2009, P. 13).



Para fins deste estudo, será levada em consideração a definição sobre saúde da Organização Mundial da Saúde - OMS (2006), que diz ser a saúde, “o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença”. Dada a abrangência dessa definição, outros elementos entram em cena e permitem a reflexão sobre meio ambiente e saúde, na busca da promoção da qualidade de vida das populações humanas.

Não obstante, autores como, Giatti (2009 apud FORATTINI, 2000; MINAYO, 2002; SILVA e FERNANDES, 1996), alertam sobre o caráter subjetivo do bem-estar, da percepção individual de cada ser humano sobre qualidade de vida, da abrangência desta definição conforme o grau de democracia existente nas sociedades, além da percepção de problemas ambientais, que irão variar de acordo com o contexto econômico e sociocultural vivenciados.

Segundo Diegues (1996 apud GODELIER, 1984), é a partir das representações simbólicas a respeito da natureza, as quais perpassam as distintas culturas e formas de organização social, que cada uma delas irá representar interpretar e agir sobre o meio natural. O meio ambiente é “o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (REIGOTA, 1997, p. 14). Estes autores apontam o alto grau de complexidade que envolve essa problemática, mostram a relevância dos valores da sociedade na determinação do grau de consciência no que se refere às questões ambientais, onde o meio ambiente saudável representa uma das dimensões do bem-estar e da qualidade de vida do ser humano.

De acordo com Jacobi (2002, p. 385), em pesquisa realizada no município de São Paulo, “as desigualdades entre distintas zonas de cidades de grande porte, mostram o nível de precariedade sócio-ambiental dos setores mais pauperizados da população que habitam nas áreas mais sujeitas aos agravos ambientais”. O autor ressalta que as condições de acesso/não acesso aos serviços públicos, reforçam os riscos ambientais decorrentes de assentamentos em áreas urbanizadas realizadas de forma precária.

Com relação aos impactos nas condições de vida da humanidade, considerando o meio ambiente como um conjunto de elementos e fatores indispensáveis a vida das populações humanas, Giatti (2009, p. 19), observa “que a ação do ser humano sobre o ambiente, de tão expressiva em virtude da capacidade desse ser, acarreta desequilíbrios tais que podem ameaçar até mesmo sua própria sobrevivência”. Nesse sentido, ao se



observar o ambiente urbano da região Amazônica, grandiosa em extensão florestal, cuja pujança da biodiversidade tem provocado a cobiça de diversos organismos em distintos momentos históricos, é possível perceber o saldo advindo dos movimentos migratórios, provocados pelos ciclos de desenvolvimento experimentados pela Amazônia ao longo do processo histórico.

Observa-se assim, dentre os resultados do processo de desenvolvimento da Amazônia, a urbanização acelerada da cidade de Manaus planejada apenas para uma parcela da população, a mais abastada. Para as demais, alijadas do processo, restou às áreas mais afastadas da parte central da cidade, afastadas inclusive dos serviços básicos, como saneamento básico, saúde, tratamento adequado do lixo, entre outros (Dias, 1999).

De modo geral, tais fatos trouxeram inúmeras consequências para as condições de saúde da população, causadas principalmente pela precarização das condições de moradia, alimentação e higiene, além do aumento da violência urbana, mendicância, desemprego e outros. Percebe-se, assim, a relevância de se relacionar a questão ambiental com as condições de saúde das populações urbanas, com vistas a promover sua valorização na saúde pública preventiva em face de sua importância para a saúde coletiva (GIATTI, 2009). Portanto, faz-se necessário que as esferas governamentais em suas ações, potencializem instrumentos com vistas a viabilizar a implementação de políticas públicas, as quais promovam práticas sociais pautadas nos princípios do desenvolvimento sustentável, que contemplem econômico e social.

2. POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NA DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Com a promulgação da Constituição de 1988, a saúde no Brasil assume a seguinte configuração: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. CF. Art. 196. A partir destes princípios foi criada a Lei Orgânica da saúde - Lei 8.080 em setembro de 1990, a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida no Art. 4º. §1º e §2º, trás consigo o desafio de tornar realidade uma nova ordem social no âmbito da saúde, sobre a



ótica dos princípios da universalidade, igualdade e integralidade e a participação da comunidade. O SUS é uma política pública que diz respeito às necessidades de saúde da população brasileira, e como tal, precisa responder de forma concreta às demandas presentes na sociedade atual. Com relação ao meio ambiente, o Art. 225 da Constituição prevê que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, entre outros desdobramentos.

A partir deste parâmetro, Estado e sociedade passam a exercer papéis fundamentais. O Estado por um lado como provedor ou garantidor deste bem de uso comum (através de políticas públicas sustentáveis), e a sociedade por sua vez, participando de forma mais efetiva (motivada), na elaboração e fiscalização das propostas de práticas sustentáveis. Entretanto, para que a sociedade esteja motivada a assumir um caráter mais propositivo, de forma a participar intensamente nos processos decisórios, transformando essa participação em instrumento de controle, é necessário, segundo Jacobi (2002, p. 390), “fazer crescer o nível de consciência ambiental”.

De acordo com Leff (2009), a degradação ambiental se manifesta como um sintoma de uma crise de civilização marcada pelo modelo de modernidade, em que o desenvolvimento da tecnologia predomina sobre a destruição da natureza. Na visão desse autor o princípio da sustentabilidade emerge no contexto econômico, como uma nova visão do processo civilizatório da humanidade. A sustentabilidade problematiza as próprias bases da produção, ao mesmo tempo em que preconiza a reconstrução da ordem econômica como fator condicionante, tanto para um desenvolvimento durável, quanto para a sobrevivência humana.

Nesse contexto o tema da sustentabilidade ambiental parece apontar alguns caminhos a serem percorridos, a saber, a ampliação do acesso a informação pelo viés da educação ambiental, e a formulação de políticas públicas preventivas contínuas, entre as quais se insere a política de resíduos sólidos. “O desafio ambiental urbano deve se centrar em ações que dinamizem o acesso à consciência ambiental dos cidadãos a partir de um intenso trabalho de educação” (JACOBI, 2002, P. 388). O desafio do desenvolvimento sustentável deverá ser enfrentado por políticas inteligentes, políticas essas que possam levar a uma melhoria real das condições de vida das pessoas, principalmente das mais pobres, uma vez que estas são as mais atingidas pelos processos de degradação.



3. PERSPECTIVAS DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES URBANAS: uma reflexão sobre a cidade de Manaus-AM

O município de Manaus, capital do Amazonas concentra mais da metade da população do Estado, 51,11% do total da população em 2007 (IBGE, 2007), consolidando-se de vez como Cidade-Estado, fato este relacionado à concepção de desenvolvimento da Amazônia imposta à região. “A concentração da população na zona urbana de Manaus tem a ver com a própria concepção de desenvolvimento da Amazônia imposta à região que sempre previu a urbanização” (BENTES, 2011, p. 32).

Consta que a intensa urbanização da Amazônia, principalmente a partir de 1960 se deu em função dos movimentos migratórios, estimulados pelo desenvolvimento econômico promovido pelo pólo industrial instalado na cidade de Manaus. A cidade tornou-se atrativa para a migração, absorvendo nesse momento, um intenso fluxo migratório, aumentando espantosamente sua população. Em busca de melhores condições de sobrevivência, ou de mobilidade social, os fluxos migratórios foram constituídos por pessoas oriundas tanto do interior (inter-regional), como de outros Estados (interestadual) e até de outros países (BENCHIMOL, 1999). O processo de transformação econômica vivenciado neste período pela Amazônia, não apenas redesenhou o panorama econômico, urbano e social da cidade de Manaus, comotambém interferiu no modo de vida das populações.

Assim, considerando áreas próximas e marginais da cidade hoje, é possível identificar facilmente uma variação de ambientes que vão desde áreas de florestas primárias a ambientes totalmente construídos pelo ser humano. De acordo com Giatti (2009, apud Confalonieri, 2005), nos ambientes antropizados, é comum a ocorrência de agravos a saúde, associados ao desequilíbrio ecológico, como a malária, a leishmaniose e as viroses silvestres que “transbordam” dos ecossistemas. Já nos ambientes construídos os agravos à saúde, se dão pela prevalência de doenças circulatórias, acidentes, violência social, além dos efeitos da poluição atmosférica e sonora, entre outros fatores característicos do ambiente urbano.

Diante da proximidade entre o ambiente silvestre e construído é importante ressaltar que doenças infecciosas provenientes de ciclos silvestres possam ser introduzidas no meio urbano. Pode-se considerar como exemplo a febre amarela, que mesmo sendo de ciclo silvestre pode ser reintroduzida em ambientes urbanos através do mosquito *Aedes aegypti*.



Não obstante, é preciso reconhecer que a vida urbana expõe os indivíduos a diversos fatores de risco a saúde, os quais comprometem a qualidade de vida das populações humanas de modo geral. De acordo com Giatti e Sousa (2009, apud TORRES, 2000), é importante ressaltar que a maior parte dos efeitos negativos da urbanização recai sobre as populações mais carentes, gerando situação de extrema desigualdade ambiental e de saúde, quando esses habitantes estabelecidos sob condições de mercado de terras fixam-se em áreas de risco ambiental, como em proximidades de lixões, áreas sujeitas a inundações e desmoronamento, ou em locais de maior incidência de doenças. Assim, consuma-se que, da mesma forma que a distribuição de renda, “riscos são desigualmente distribuídos”.

A cidade de Manaus atualmente é a metrópole da Amazônia Ocidental, em tempos passados foi considerada a *Paris dos trópicos*, hoje é a Manaus da Zona Franca. A cidade abriga bairros ajardinados, mansões e edifícios modernos, carros de luxo, centros comerciais e lojas de importados, mas, no entanto, a riqueza socialmente produzida não é distribuída de forma igualitária. A pobreza se espalha nos diversos espaços, periféricos e centrais frutos da expansão desordenada, bem como nas margens dos igarapés que atravessam a cidade, além das áreas ribeirinhas (SCHERER, 2009).

Constata-se, portanto, que em Manaus, as ações estabelecidas entre os diferentes atores, encontram-se relacionadas com as formas pretéritas de desenvolvimento da região. Tais ações marcaram profundamente o modo de vida da população em vários aspectos, entre eles, a relação homem natureza, fato percebido face às agressões constantes ao meio ambiente, expressas na inadequação da estrutura urbana (água, esgoto, coleta de lixo, entre outros), num processo crescente de desequilíbrio ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, se observou as diferentes configurações assumidas sobre o conceito de saúde, bem como a percepção dos indivíduos no tocante a saúde relacionada à questão ambiental ao longo da história da humanidade. As diferentes abordagens apontam a complexidade da sustentabilidade ambiental, e a dificuldade em precisar o desenvolvimento sustentável. Contudo, foi percebido ainda, que no cenário urbano brasileiro, essa construção perpassa o caminho da educação ambiental, além da necessidade da formulação de políticas públicas pautadas no desenvolvimento econômico e social da nação. É a partir do fortalecimento de uma consciência ambiental, que a sociedade assume seu papel no controle e fiscalização dos processos decisórios, com vista a cobrar



das esferas governamentais a criação de instrumentos capazes de minimizar e prevenir as agressões ao meio ambiente, as quais incidem (direta e indiretamente) nas perspectivas de saúde das populações.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Manaus: Editora Valer, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federal do Brasil - 1988*.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. – 4ª Ed. – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. In: Pedro Jacobi - *Meio Ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão*.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

GIATTI, Leandro Luiz (Org.). *Fundamentos de saúde ambiental* – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

<http://www.who.int/whr/2006/en/index.html>>. Acesso em: 10 set. 2006.

LEFF, Henrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social* – 2 ed. – São Paulo : Cortez, 1997. SHERER, Elenise(org.). *Questão Social na Amazônia*. Manaus: Edua, 2009.